

Salários médios: Por que é que não sobem? E como se pode mudar isso?

[S sabado.pt/dinheiro/detalhe/salarios-medios-por-que-e-que-nao-sobem-e-como-se-pode-mudar-isso](https://sabado.pt/dinheiro/detalhe/salarios-medios-por-que-e-que-nao-sobem-e-como-se-pode-mudar-isso)

Quando se começa uma conversa sobre a razão pela qual os salários médios não sobem e se desvalorizam cada vez mais face ao ordenado mínimo nacional, as respostas acabam quase sempre nos mesmos culpados: uma economia especializada num setor pouco produtivo como o turismo, baixo nível de investimentos que aumentem a capacidade produtiva, a perda de poder dos sindicatos e, para alguns, a forma como o Código Laboral ajudou a tornar mais barato o trabalho e os despedimentos e, para outros, a carga fiscal e a burocracia.



É uma espécie de tempestade perfeita aquela que ajuda a explicar por que motivo os trabalhadores do meio da pirâmide salarial estão cada vez mais a perder terreno. Apesar das diferenças de análise, há alguns pontos em que todos os especialistas ouvidos pela **SÁBADO** concordam e muitos concordam também nas soluções que podem tirar Portugal de uma espiral de empobrecimento dos seus trabalhadores.

A armadilha de ser "a Florida da Europa"

Quando começa a explicar os "vários fatores" que justificam que não haja um aumento do salário médio, o economista Diogo Martins começa por falar no "perfil de especialização da economia portuguesa".

"O que nos conduziu a esse percurso é longo", nota Diogo Martins, lembrando a "desindustrialização muito forte", que aconteceu de 1999 a 2011, quando a entrada na zona euro e a expansão da globalização fizeram as indústrias se deslocarem para locais com salários mais baixos (como a China) ou com melhores condições em termos de qualificações e localizações geográficas (como os países de leste). Depois, veio a troika e "o modelo de especialização [nos serviços relacionados com o turismo] era o que estava pensado".

"Portugal está neste processo de ser a Florida da Europa", resume Martins, que acha que isso traz problemas estruturais à economia. "Foi importante para resolver o problema da balança comercial, mas cria um viés negativo a nível dos salários", defende o economista.

Sendo o Turismo um setor com muita necessidade de trabalhadores, é tradicionalmente uma área económica com baixo índice de produtividade na qual a tecnologia não tem grande potencial para aumentar essa produtividade. Mas há quem não veja isso como uma verdade absoluta.

Nadim Habib, professor na Nova School of Business, admite que "há desafios de produtividade" na especialização da economia portuguesa, mas nota que há sempre formas de tentar reduzir os trabalhos menos qualificados, deixando capital livre para pagar melhor a outros trabalhadores.

"Na semana passada, estive num hotel em Paris, onde fiz o check in online e abri a porta do quarto com o meu telefone. Essa é uma forma de substituir trabalho mais mal pago por outro mais bem pago noutros setores da empresa", exemplifica.

Faltam investimentos

Para o economista Eugénio Rosa parte da explicação para a estagnação dos salários está na "não alteração do nosso perfil produtivo devido ao baixo investimento público que arrasta o baixo investimento privado". Rosa dá o exemplo do programa de financiamento Portugal 2020, que dois anos após o seu fim ainda não está totalmente executado. "O stock de capital fixo por trabalhador tem diminuído e isso reflete-se na produtividade", argumenta. Ou seja, o Estado e das empresas não estão a investir em tecnologia que possa aumentar a produtividade.

Vários dos economistas com que a **SÁBADO** falou notam que a estagnação de salários produzida pela austeridade dos tempos da troika e pela pandemia é tão acentuada que pode mesmo fazer sentido aumentar os rendimentos acima da produtividade.

Eugénio Rosa fez as contas em 2020 e concluiu que um aumento de 6% dos salários em Portugal teria um impacto entre os 0,5 e o 1% nas empresas. Conclusão? "Era possível" acomodar esse aumento sem um grande esforço por parte das empresas.

O problema é que a crise gerada pela guerra na Ucrânia e pelas quebras nas cadeias logísticas afetadas pela pandemia não auguram mudanças na política de investimentos. "O aumento das taxas de juros vai ter impacto no investimento", admite Diogo Martins.

Ainda assim, Martins nota que há setores em que as margens de lucro têm aumentado (como a refinaria de petróleo ou a grande distribuição alimentar) sem que isso se tenha refletido em aumentos salariais.

Trabalhadores sem poder

Não há dados muito fiáveis, mas todos os indicadores parecem demonstrar uma quebra nos índices de sindicalização. Se a isso se juntar a diminuição da contratação coletiva e as condições do Código de Trabalho, a maior parte dos especialistas não hesita em afirmar que os trabalhadores têm hoje menos poder.

"O poder negocial dos trabalhadores, que é menos do que o que há no Reino Unido, por exemplo" é um dos fatores que Nadim Habib põe à cabeça da explicação para a falta de crescimento dos salários médios. O professor da Nova SBE acha que isso está a mudar, com ferramentas como LinkedIn, e acredita que isso terá reflexos em ganhos salariais. "Quando há concorrência pelo talento, os salários sobem".

Mas nem todos estão tão otimistas. O economista João Rodrigues é dos que acreditam que a "redução dos direitos laborais e a fraca capacidade reivindicativa dos trabalhadores" são uma parte importante para a explicação dos baixos salários.

Maria da Paz Campos Lima, socióloga que estuda a área laboral, concorda. "As greves setoriais têm sido muito raras, a dificuldade de organizar uma greve setorial é enorme", observa a investigadora, que explica isso com condições mais precárias de trabalho e com os entraves à contratação coletiva.

Desde o tempo da troika que foram introduzidas duas mudanças significativas: as convenções colectivas de trabalho passaram a caducar de forma automática ao fim de algum tempo de negociação e desapareceu o princípio do tratamento mais favorável, que protegia o trabalhador.

Eugénio Rosa diz que tudo isso contribuiu para o "enfraquecimento dos sindicatos" e nota que o princípio do tratamento mais favorável "existia até no tempo do Marcello Caetano".

A reposição desses dois direitos tem sido defendida de forma insistente por PCP e BE, mas o PS nunca acedeu a essas reivindicações. E essa mudança não faz parte da chamada Agenda para o Trabalho Digno, que António Costa apresentou, e que vai ser debatida em julho, mas que só começará a ser discutida na especialidade em setembro.

Para Maria da Paz Campos Lima, os entraves à contratação coletiva "são um fator muito importante da não subida dos salários", a que se junta uma "estratégia empresarial" que fez as empresas retraírem-se na atribuição de bónus e compensações aos trabalhadores mais qualificados por causa da crise financeira primeiro e depois por causa da pandemia.

Se a isso se juntar o aumento da mão-de-obra qualificada, está aí em parte a explicação para os salários médios não descolarem. "Os menos qualificados tiveram uma melhoria puxada pelo salário mínimo. Não houve nada equivalente em termos gerais", comenta a socióloga, explicando que "o poder de mercado dos licenciados baixou muito" pela oferta disponível. "Para usar a expressão de Marx, há um exército industrial de reserva de pessoas muito mais qualificadas e que têm concorrência de forma internacional".

Também no tempo da troika se tornaram mais baixas as indemnizações por despedimento, se cortou no pagamento das horas extraordinárias e no número de dias de férias e se criaram limitações ao subsídio de desemprego.

Diogo Martins explica que esse tipo de condições se costuma designar como a "fall back position" de um trabalhador, ou seja, a situação que este terá de enfrentar em caso de desemprego. Quanto piores forem essas condições, menor poder de mercado terá o trabalhador.

"Manter os cortes nas horas extraordinárias e facilitar os despedimentos são dispositivos que não favorecem o poder sindical e em termos objetivos reduzem o salário", concorda Maria da Paz Campos Lima.

Uma campanha pela sindicalização?

Diogo Martins acha que tal como há campanhas contra a abstenção, "devia haver um discurso público para que as pessoas conheçam os seus direitos laborais", verdadeiras campanhas de apelo à sindicalização.

"Não há política pública pró-sindical. Olham os sindicatos como fonte de rigidez e como um impedimento", declara o economista, que acredita que a melhor forma de corrigir "alguns entorses dos sindicatos nas suas intensas relações partidárias" e de melhorar o sindicalismo "é haver uma política de promoção dos sindicatos", aumentando o número e o tipo de pessoas envolvidas neste movimento.

Nadim Habib também acha que é preciso melhorar o sindicalismo em Portugal. "Precisamos de um sindicalismo diferente", advoga o professor, que vê um sindicalismo mais ativo na defesa do trabalho de salários mais baixos e considera que seria mais interessante um modelo no qual os sindicalistas tivessem maior envolvimento na gestão.

"Devíamos começar a estudar o modelo sindical do norte da Europa", diz Habib, que acha que os "sindicatos podem ser parceiros das empresas" e pode mesmo haver "contratos sindicais a ligar a produtividade a aumentos salariais".

Depois de uma crise financeira e de uma pandemia, Maria da Paz Campos acredita que as reivindicações sindicais podem ganhar novo fôlego. "Não ficaria surpreendida se houvesse um movimento de maior mobilização dos trabalhadores no contexto atual. É expectável

que haja alguma viragem. As pessoas vão confrontar-se com dificuldades de vida complicadíssimas e há um lastro de perdas considerável", aponta a socióloga.

O Estado que (não) dá o exemplo

Nos últimos anos, o salário mínimo nacional tem sofrido vários aumentos através da concertação social: foram 40% em seis anos. Mas esse é o único salário que o Estado pode fixar por decreto. Em relação aos outros, há no máximo um sinal dado pelo aumento proposto no Orçamento do Estado para a Função Pública.

Neste Orçamento, a subida é de 0,9%, muito abaixo da inflação. "Isso significa que aceitamos um corte de 5% no poder de compra", nota João Rodrigues, explicando que há pelo menos dez anos que a Administração Pública acumula cortes no poder de compra.

"Há sempre uma justificação para que os salários não subam. Seja porque a economia está em crise, seja porque esse aumento cria uma espiral de inflação de preços. Há sempre argumentos para uma contenção salarial", lamenta Rodrigues.

"A Administração Pública já tem um problema de atractividade para profissões como informáticos e médicos, isso faz com que o Estado tenha cada vez menos capacidade de atração", acrescenta Diogo Martins, que vê aí um problema.

E os impostos? Mudam alguma coisa?

Carlos Guimarães Pinto, deputado da Iniciativa Liberal, recusa apontar a questão fiscal como a "bala de prata" para resolver o problema dos baixos salários, mas não deixa de notar a importância de reduzir o peso da carga de impostos para permitir às empresas subir salários.

"Para subir um salário líquido em 100 euros, a empresa tem de gastar mais de 200 euros", critica o liberal, que aponta o dedo à "enorme carga fiscal" sobre o trabalho.

Notando que, "os impostos são uma componente importante", Guimarães Pinto defende que haja reduções no IRC para libertar capital para investimento e no IRS para tornar mais barato aumentar impostos.

Nadim Habib aponta o dedo também ao que diz ser uma "TSU altíssima" e defende que "fazia algum sentido simplificar o regime fiscal", aliviando a carga sobre os rendimentos do trabalho. De resto nota, que esse nível de fiscalidade "leva a algumas distorções no salário", porque uma parte do que os trabalhadores recebe é através da atribuição de benesses como carro, subsídio de almoço, gasolina e seguro de saúde, que não entram para esta estatística e que "em alguns casos representam 600 ou 700 euros líquidos" por mês.

Diogo Martins concorda que "Portugal tem uma carga fiscal elevada", mas defende que "a progressividade é grande nos salários médios e pequena nos altos" e tem uma versão diferente da tese defendida pela Iniciativa Liberal. "Temos impostos altos, porque temos

salários baixos".

Ou seja, o Estado tem de cobrar mais em percentagem dos salários para garantir um mesmo padrão de serviços no Estado Social. "Queremos um Estado Social de padrão europeu, mas não temos salários de padrão europeu", comenta o economista.

Antes da questão fiscal, Carlos Guimarães põe, contudo, o fator da produtividade como principal responsável pelos baixos salários e defende a atração de investimento estrangeiro, através da redução dos custos de contexto, nomeadamente melhorando a resposta do sistema de Justiça e reduzindo a burocracia.

Trabalho Digno? Só para o ano

O Parlamento vai discutir no início de julho a Agenda para o Trabalho Digno, uma iniciativa que parte de uma proposta de lei do Governo de António Costa. Mas o trabalho na especialidade só se fará a partir de setembro. Pouco depois, começará o debate e votações do Orçamento do Estado e isso interromperá essa discussão. Tiago Barbosa Ribeiro, deputado do PS a coordenar o dossiê, admite que "só para o ano" deverá haver legislação aprovada.

Dentro desse dossiê, que medidas podem ajudar a estimular a subida dos salários? "Não há uma bala de prata", responde à **SÁBADO** Tiago Barbosa Ribeiro, que aponta o "combate à precariedade" e o "reforço da contratação coletiva" como parte da solução.

Esse reforço da contratação coletiva não passa, porém, pelo fim da caducidade nem pela reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador. O que está neste pacote são medidas como o alargamento da contratação coletiva aos trabalhadores em regime de *outsourcing* e a criação de um mecanismo de arbitragem para mediar conflitos. "Uma das partes poder suscitar em tribunal arbitral a denúncia de uma disposição", explica o deputado do PS.

"Eliminar a possibilidade de pagar menos nos estágios profissionais do que aos trabalhadores que desempenham as mesmas funções" é outra medida destacada por Tiago Barbosa Ribeiro, que também frisa a importância de esta nova legislação ter mecanismos para a regulação do trabalho nas plataformas digitais, que ainda não existem.

Ainda assim, Barbosa Ribeiro recusa a ideia de que os salários médios não tenham subido nos últimos anos. "O caminho está a ser feito", diz, lembrando a trajetória sem precedentes do aumento do salário mínimo e a diminuição do desemprego que, acredita, acabará por ter reflexos na subida dos salários das áreas em que há défice de trabalhadores. "É inevitável que esse impacto esteja a acontecer. É a regra da oferta e da procura", comenta.

De resto, insurge-se contra a ideia passada pelo estudo da Fundação José Neves, que aponta para uma perda do poder de compra de 11% entre 2011 e 2019 nos licenciados (superior à perda sofrida pelos menos qualificados), notando que esses dados não podem

desmentir os efeitos salariais positivos trazidos pelas qualificações. "A educação é uma garantia de melhores condições salariais não há dúvida disso", afirma.